

MESTRADO EM PSICOLOGIA
PSICOLOGIA DA JUSTIÇA E DESVIÂNCIA

Psicopatia, Julgamento Moral e Reconhecimento Emocional em Amostras Femininas Forense e Comunitária

Catarina Isabel Almeida Simas

M

2023



Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**PSICOPATIA, JULGAMENTO MORAL E RECONHECIMENTO EMOCIONAL
EM AMOSTRAS FEMININAS FORENSE E COMUNITÁRIA**

Catarina Isabel Almeida Simas

Junho, 2023

Dissertação apresentada no Mestrado em Psicologia, área de Psicologia da Justiça e Desviância, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pelo Professor Doutor ***Fernando Barbosa*** (FPCEUP).

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações do/da autor/a no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceituais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, o/a autor/a declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. O/A autor/a declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Agradecimentos

Ao Professor Doutor Fernando Barbosa, por toda a paciência, disponibilidade e dedicação constantes no desenvolvimento conjunto deste projeto. Sem a sua exigência e perfeccionismo, este trabalho não seria o mesmo.

À Dr.^a Teresa Pinto, por todo o envolvimento e ajuda preciosa que dedicou a este trabalho.

A todas as participantes que estiveram, no momento da recolha, com o maior empenho e dedicação e deram uma indispensável ajuda na divulgação do estudo.

Ao Henrique, que permaneceu sempre ao meu lado e acreditou sempre em mim e no meu trabalho.

Aos meus pais e à Bárbara, que são exemplo de esforço e dedicação e nunca me deixaram desistir de tudo o que sonhei conquistar.

À Professora Doutora Marta Pinto, à Dr.^a Diana Castro e ao Rui Salvador, que me tornaram uma profissional mais completa, permitindo-me chegar ao final desta etapa como uma pessoa mais capaz, confiante e sorridente.

A todos os meus amigos que me permitiram desabafar ao longo destes 5 anos e que me acompanharam em todas as dificuldades. Sem o vosso apoio, esta meta teria sido inalcançável.

Resumo

A psicopatia tem, na sua base, um conjunto de traços de personalidade caracterizados pela falta de remorsos, empatia e sensibilidade. O reconhecimento emocional parece estar comprometido em pessoas com elevada psicopatia, pelo que o julgamento moral pode, consequentemente, tornar-se mais utilitarista, dada a possível atenuação de remorsos perante a causa de dano aos demais. O presente estudo conta com uma amostra comunitária e dados de arquivo de uma amostra forense, tendo como objetivo perceber de que forma a psicopatia afeta o julgamento moral, bem como o potencial efeito moderador do reconhecimento emocional na relação entre estas variáveis. A capacidade intelectual das participantes foi controlada através das *Matrizes Progressivas de Raven*, a psicopatia mediu-se através da *Escala de Autorrelato de Psicopatia de Levenson* (1995), realizou-se uma tarefa de reconhecimento emocional em faces, utilizando os estímulos da base de Radboud e, por fim, uma tarefa de julgamento moral, envolvendo os 12 dilemas de alto conflito de Green e colaboradores (2008). Os resultados mostram a ausência de diferenças entre os dois grupos nos níveis de psicopatia, capacidade de reconhecimento emocional e julgamento moral. Contudo verificam-se efeitos preditores da psicopatia nas variáveis de interesse.

Palavras-Chave: Mulheres / Comunitária / Forense / Psicopatia / Julgamento Moral / Identificação de emoções / LSRPS

Abstract

Psychopathy has, at its base, a set of personality traits characterized by a lack of remorse, empathy and callousness. Emotional recognition seems to be compromised in people with high levels of psychopathy, so moral judgment can, consequently, become more utilitarian, given the possible attenuation of remorse in the face of causing harm to others. The present study has a community sample and archival data from a forensic sample, aiming to understand how psychopathy affects moral judgment, as well as the potential moderating effect of emotional recognition on the relationship between these. The participants' intellectual capacity was controlled using Raven's Progressive Matrices, psychopathy was measured using Levenson's Psychopathy Self-Report Scale (1995), an emotional recognition task was performed on faces, using stimuli from the Radboud base and, finally, a moral judgment task, involving the 12 high conflict dilemmas by Green et al. (2008). The results show the absence of difference between the two groups in the levels of psychopathy, capacity for emotion recognition and moral judgment. However, there are predictive effects of psychopathy on the variables of interest.

Keywords: Women / Community / Forensic / Psychopathy / Moral Judgment / Emotion Recognition / LSRPS

Resumé

La psychopathie a, à sa base, un ensemble de traits de personnalité caractérisés par un manque de remords, d'empathie et de sensibilité. La reconnaissance émotionnelle semble être compromise chez les personnes ayant une psychopathie élevée, de sorte que le jugement moral peut, par conséquent, devenir plus utilitaire, compte tenu de l'atténuation possible des remords face au fait de causer du tort à autrui. La présente étude a un échantillon communautaire et des données d'archives d'un échantillon médico-légal, visant à comprendre comment la psychopathie affecte le jugement moral, ainsi que l'effet modérateur potentiel de la reconnaissance émotionnelle sur la relation entre ceux-ci évalués. La capacité intellectuelle des participants a été contrôlée à l'aide des matrices progressives de Raven, la psychopathie a été mesurée à l'aide de l'échelle d'auto-évaluation de la psychopathie de Levenson (1995), une tâche de reconnaissance émotionnelle a été effectuée sur les visages, en utilisant des stimuli de la base Radboud et, enfin, une tâche de jugement moral, impliquant les 12 dilemmes hautement conflictuels de Green et al (2008). Les résultats ne montrent aucune différence entre les deux groupes dans les niveaux de psychopathie, la capacité de reconnaissance émotionnelle et le jugement moral. Cependant, il existe des effets prédictifs de la psychopathie sur les variables d'intérêt.

Mots-clés : Femmes / Communauté / Médecine légale / Psychopathie / Jugement moral / Identification des émotions / LSRPS

Índice

Introdução	8
Método.....	14
Participantes	14
Instrumentos	15
Matrizes Progressivas de Raven Standard (Raven et al., 1998).....	15
Tarefa de Julgamento Moral (Green et al., 2001; Versão Portuguesa de Fernandes et al., 2018).....	16
Tarefa de Reconhecimento Emocional	16
Versão Curta da Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne (Ballard, 1992; Versão Portuguesa de Pechorro et al., 2012)	17
Procedimentos de Recolha de Dados.....	17
Procedimentos de Análise de Dados	18
Resultados.....	20
Teste das Hipóteses	20
Análises Complementares	23
Discussão e Conclusões.....	24
Referências	29
Anexo I	37

Introdução

A psicopatia é uma estrutura de personalidade primeiramente aprofundada por Cleckley (1941) que a caracterizou pelo seguinte conjunto de traços: charme superficial e inteligência, sem sintomas neuróticos, nem delírios, não confiáveis e insinceros; falta de remorsos ou vergonha, comportamento antissocial sem grande motivo; falha na aprendizagem através da experiência, egocentrismo e incapacidade de amar o outro; pobreza nas relações afetivas, perda específica de insight, relações superficiais; comportamento exagerado, raramente cometem suicídio, vida sexual impessoal, trivial e pobremente integrada e, por fim, falha em seguir um plano de vida.

Inicialmente encarada como um constructo unitário (Cleckley, 1941; Hare, 1980), a psicopatia passou a ser concetualizada como um constructo multidimensional (Hare, 1991; Karpman, 1941; Lykken, 1995; Porter, 1996; Patrick et al., 2009).

O primeiro a sugerir um modelo a duas dimensões foi Karpman (1941) que considerava uma diferença na estrutura motivacional entre indivíduos com maiores níveis de psicopatia que designou como primária por comparação com a secundária, apesar do seu comportamento ser semelhante. A diferença devia-se à falta de capacidade para desenvolver vinculações normais nos primeiros, havendo a ausência de sintomas neuróticos, como a culpa e ansiedade. Por outro lado, a psicopatia secundária foi formulada como tendo origem em conflitos neuróticos que seriam devidos, no extremo, a maus-tratos infantis.

Porter (1996) alterou a conceptualização da psicopatia primária, atribuindo a perturbação afetiva a mecanismos dissociativos, enquanto Lykken (1995) propôs como mecanismo etiológico central um temperamento de baixo medo. Fowles (1993) e Lykken (1995) integraram esta perspetiva com o modelo neurocomportamental de Gray (1987), considerando que a psicopatia primária seria resultado de um sistema comportamental inibitório fraco, responsável pela insensibilidade a pistas de punição. Por seu turno, a psicopatia secundária refletiria um forte sistema de ativação comportamental, com base no circuito cerebral responsável por iniciar e manter comportamentos direcionados para objetivos. Assim, especialmente a psicopatia secundária estaria relacionada com

impulsividade e comportamentos direcionados para a recompensa imediata (Patrick, 2018).

Segundo Lykken (1995), o comportamento antissocial demonstrado por pessoas com elevado nível de psicopatia deve-se principalmente a características constitucionais, que se sobrepuseram à socialização ou que os tornaram difíceis de socializar mesmo num ambiente familiar adaptativo. Este autor descreve um indivíduo com maiores níveis de psicopatia primária como resistente à socialização, mesmo que provenha de uma família que tenha desenvolvido todos os esforços nesse sentido. Assim, apesar de processos de socialização adequados, as predisposições constitucionais dificultam o desenvolvimento da consciência social e moral esperada. A criança de fácil socialização segue os valores e princípios das figuras de referência, como forma de atingir gratificação pessoal e social; quando atua de forma desajustada, aprende com as consequências negativas e ajusta o seu comportamento. Nas crianças com traços de frieza emocional, precursores da psicopatia primária, as consequências negativas do seu comportamento não parecem surtir o efeito desejado. Adotam o comportamento mais normativo quando lhes é conveniente, mas a utilidade das formas desviantes supera mais facilmente o custo da culpa e da vergonha que também trazem (Lykken, 1995). Por seu turno, indivíduos com maiores níveis de psicopatia secundária, de perfil semelhante aos indivíduos com maior psicopatia primária no que se refere ao comportamento antissocial, mostram maior impulsividade e agressividade, maior reatividade ao stress, preocupação, irritabilidade e descontentamento com a sua vida e consigo próprios, vivendo sempre “no limite” (Lykken, 1995).

A psicopatia primária pode ser considerada como a psicopatia essencial, enquanto a psicopatia secundária é frequentemente utilizada para denotar uma condição que partilha várias características com a primeira, mas com maiores níveis de ansiedade e maior predisposição para a desviância antissocial extrema (Patrick, 2018). Tanto a psicopatia primária como secundária são importantes constructos para o entendimento do comportamento antissocial, apesar de cada um deles ser definido por traços de personalidade distintos, que refletem diferentes influências etiológicas (Patrick, 2018).

O modelo triárquico da psicopatia surge mais recentemente, com o trabalho de Patrick, Flowles e Krueger (2009), onde se identificaram três constructos centrais na psicopatia: desinibição; maldade; e ousadia. Um elevado nível de ousadia traduz alta autoconfiança e assertividade em situações sociais, bem como resiliência à adversidade,

com capacidade de manter a calma em situações de elevada pressão; enquadra, portanto, características de ajustamento positivo. A desinibição descreve uma propensão para problemas no controlo de impulsos, falha no planeamento e na consideração de consequências do comportamento, uma elevada reatividade ao stress e agressividade reativa. Por fim, a maldade é expressão de falta de empatia, bem como de distanciamento social agressivo; indivíduos com este traço têm uma maior tendência para dominar e explorar os outros (Patrick et al., 2009).

O presente estudo utiliza a conceção de psicopatia que a divide em primária e secundária, considerando que a psicopatia primária descreve uma personalidade egoísta, insensível e que utiliza os outros, sem remorsos. Inclui características como a egocentricidade, superficialidade, engano de outros, insensibilidade e falta de empatia. A psicopatia secundária caracteriza um estilo de vida cronicamente instável e antissocial. Caracteriza-se por uma maior impulsividade, procura de sensações, irresponsabilidade, agressividade e criminalidade (Harpur et al., 1988). A psicopatia primária e secundária são comumente medidas através da *Escala de Autorrelato de Psicopatia de Levenson* (LSRPS; 1995). Esta escala é adequada para medir estes constructos em amostras não-forenses, bem como em amostras femininas, dado não se centrar excessivamente em características comportamentais antissociais (Selbom, 2011).

O processamento facial é uma das tarefas mais complexas que o ser humano consegue realizar. As faces contêm informações cruciais sobre identidade, estado motivacional e emocional, essenciais para uma comunicação bem-sucedida (Langner et al., 2010). A empatia é essencial para a leitura correta dessas pistas, sendo este termo aplicado aos processos que permitem, ao observador, o uso de informação sobre o estado interior do observado (Blair, 2008). A amígdala parece ser uma das estruturas cerebrais responsáveis pela empatia emocional, dado o seu papel na avaliação da significância emocional dos estímulos, principalmente no que se refere às reações de medo (Marsh & Cardinale, 2014). A capacidade de reconhecimento de medo é essencial para motivar o comportamento pró-social e proteger contra o comportamento antissocial (McAuliffe, 2019).

São vários os estudos que apontam para a relação entre psicopatia e um comprometimento da capacidade de reconhecer emoções (Blair et al., 2004; Deeley et al., 2006; Eisenbarth et al., 2008; Habel et al., 2002; Hastings et al., 2008; Sethi et al., 2018). Desde há muito que a literatura aponta para uma maior dificuldade no reconhecimento

geral das emoções principais (raiva, medo, surpresa, alegria, tristeza, nojo e neutra) verificada em indivíduos com níveis superiores de psicopatia (Habel et al., 2002). Apesar disso, literatura mais recente aponta para défices no reconhecimento de emoções específicas, como é o caso do medo (Blair et al., 2003; Deeley et al., 2006; Igoumenou et al., 2017), da raiva (Fairchild et al., 2010) e ainda, do nojo (Fairchild et al., 2010; Igoumenou et al., 2017).

Sethi e colaboradores (2018) utilizaram fMRI em cerca de 1100 indivíduos, tendo observado que os indivíduos com maiores níveis de psicopatia apresentam uma hipoativação cerebral face às emoções de medo, sendo que esta hipoativação se manifesta de forma diferente na psicopatia primária e na secundária. No caso da psicopatia primária a hipoativação manifesta-se principalmente na atividade amigdalar e insular anterior, enquanto que os défices de ativação na psicopatia secundária foram verificados principalmente no sulco temporal superior e no lobo parietal inferior.

A maior parte dos estudos citados são referentes a amostras masculinas (Blair et al., 2003; Deeley et al., 2006; Habel et al., 2002; Hastings et al., 2008; Igoumenou et al., 2017). Contudo, existe evidência científica de que as mulheres com elevados traços de psicopatia também são caracterizadas por anomalias no processamento emocional em tarefas afetivas, com medidas comportamentais e fisiológicas, semelhantes às observadas nos homens (Patrick, 1994).

Estas anomalias no processamento emocional terão consequências na interação social com os outros, em especial no que concerne ao julgamento moral. O julgamento moral é uma das ferramentas da psicologia para estudar o pensamento e comportamento humanos em contextos éticos, através da análise de escolhas dadas, por exemplo, em dilemas (Doris et al., 2006). Inicialmente, as diversas perspetivas sobre o julgamento moral viam-no como o produto de processos de pensamento deliberado, envolvendo a aplicação, através do raciocínio, de princípios morais abstratos. Mais recentemente, surge a perspetiva afetiva que defende que as emoções desempenham um papel indispensável na formação de novos e sinceros julgamentos morais (McAuliffe, 2019), tal como contemplado na teoria de Green (2008).

Green (2008) propõe uma teoria de dois processos, defendendo que tanto processos cognitivos como processos emocionais estão envolvidos na realização de julgamentos morais. O sistema emocional envolve um “alarme” que é evocado perante o pensamento de causar dano a alguém de forma pessoal; em alguns casos, pode existir a

decisão de causar o mal de forma a alcançar o maior bem possível. Nessas circunstâncias, a decisão é o produto do sistema cognitivo, que funciona de acordo com o princípio do bem-maior que, numa perspectiva utilitarista, calcula como é possível minimizar o mal e maximizar o bem. Para todos os efeitos, o sistema cognitivo também requer um contributo emocional; apenas há um maior controlo (podemos dizer um controlo deliberado) da decisão a ser tomada.

Green e colaboradores (2001) criaram uma tarefa de tomada de decisão envolvendo 60 dilemas de duas categorias (morais e não-morais), com vista a estudar correlatos neuronais que permitissem compreender as bases do julgamento moral. As respostas a estes dilemas são divididas em dois tipos: respostas utilitaristas e respostas deontológicas. As primeiras refletem decisões racionais e calculistas, porque a escolha para agir é baseada estritamente na consequência da ação. Por seu turno, as segundas não atentam apenas aos resultados, havendo uma preocupação com deveres, princípios e obrigações morais, sendo, portanto, o produto do sistema emocional (Marshall et al., 2018).

São vários os autores (Blair, 1995; Bostyn et al., 2018; Gao & Tang, 2013; Gay et al., 2018; Glenn et al., 2009; Hauser et al., 2021; Kahane et al., 2015; Koenings et al., 2012; Li et al., 2020; Luke et al., 2021; Marsh & Cardinale, 2014; Marshall et al., 2017; Marshall et al., 2018; Pletti et al., 2017; Takamatsu & Takai, 2019; Tassy et al., 2013) que tentaram aprofundar o conhecimento sobre a ligação entre psicopatia e julgamento moral. Apesar de os estudos serem altamente diversificados nos métodos e instrumentos de recolha de dados, estão unidos por uma função em comum: percecionam a moralidade como promotora da prosocialidade e da cooperação (Green, 2015).

Estudos mais antigos, como é o caso do de Blair (1995), apontam para uma falha na construção do domínio moral no psicopata devido à falta de interações sociais que resultem em consequências perante transgressões morais ou convencionais, sendo que os indivíduos com maiores níveis de psicopatia não conseguiriam distinguir a diferença entre ambas. Considerada a literatura recente, parece haver uma capacidade intacta de raciocínio moral em indivíduos com elevados níveis de psicopatia, o que pode revelar uma adequada compreensão moral nestes indivíduos, mas uma clara falta de motivação em segui-la (Gay et al., 2018; Marshall et al., 2017; Marshall et al., 2018). Verifica-se uma tendência utilitarista nestes indivíduos, aliada a uma falta de preocupação em causar dano aos demais, bem como a uma tendência para a ação contrária à consciência moral

deontológica. Assim, estes indivíduos parecem estar mais dispostos a causar o dano a um terceiro de forma a alcançarem o bem-maior (Gao & Tang, 2013; Glenn et al., 2009; Kahane et al., 2015; Koenings et al., 2012; Li et al., 2020; Luke et al., 2021; Marshall et al., 2017; Pletti et al., 2015; Takamatsu & Takai, 2019).

No entanto, em diversos estudos científicos também se verificou que as pessoas com maiores e menores nível de psicopatia não diferiam nas suas escolhas morais, sendo que ambos os grupos optavam pelo utilitarismo, tendo em vista uma opção eficaz no que concerne ao bem-maior (Hauser et al., 2021; Tassy et al., 2013).

Mantém-se, portanto, a questão central de saber se elevados níveis de psicopatia podem levar a uma menor sensibilidade para com as consequências dos atos do próprio no bem-estar do outro, bem como a uma menor sensibilidade para com as normas e deveres sociais, o que pode ter como consequência um julgamento moral mais utilitário. A observar-se uma baixa adesão aos princípios deontológicos no raciocínio moral, esta pode ser o resultado da falta de remorsos e do afeto reduzido pelos outros (Luke et al., 2021), tendo sido igualmente encontrada uma relação entre baixa preocupação empática e julgamento moral utilitário (Körner et al., 2020).

Em suma, o presente estudo configura uma tentativa de aprofundamento do conhecimento sobre o comportamento antissocial e a psicopatia feminina, mais concretamente no que se refere à sua relação com o julgamento moral e eventual papel do reconhecimento emocional nesta relação. Na condução deste estudo, envolvendo uma amostra comunitária (controlo) e dados arquivados de uma amostra forense, esperavam-se: (1) pontuações de psicopatia significativamente superiores na amostra forense, comparativamente com o grupo de controlo; (2) melhor desempenho (mais acertos) no grupo de controlo, comparativamente com o forense, na tarefa de reconhecimento emocional; (3) um raciocínio moral utilitário mais presente no grupo forense do que no grupo de controlo; (4) pontuações mais elevadas de psicopatia primária (LSRPS1) significativamente preditoras de um raciocínio moral utilitário. Por fim, esperava-se encontrar (5) um efeito de moderação da capacidade de reconhecimento emocional na relação entre psicopatia primária e o raciocínio moral, dada a influência da empatia no julgamento moral.

Método

Participantes

A amostra final é constituída por 66 mulheres. Os dados relativos às 35 participantes que perfazem o Grupo Forense, provêm do arquivo decorrente do estudo de Pinto e Barbosa (2023). No momento da recolha dos dados (2019), todas elas encontravam-se detidas no Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo. As restantes 31 participantes constituem o Grupo Comunitário, recolhido especificamente para este estudo. O Grupo Forense e o Grupo Comunitário encontravam-se estatisticamente emparelhados no que se refere à idade, $t(2, 64) = 0.330$, $p = .743$, ($M = 38.43$, $DP = 10.59$; $M = 37.40$, $DP = 15.65$, respetivamente), à escolaridade vertical, $t(2, 64) = -1.104$, $p = .274$ ($M = 9.83$, $DP = 3.30$; $M = 10.80$, $DP = 4.12$, respetivamente) e à capacidade intelectual, medida pelas Matrizes Progressivas de Raven, $t(2, 64) = -1.118$, $p = .268$ ($M = 39.57$, $DP = 7.92$; $M = 42.20$, $DP = 10.82$, respetivamente). De um total de 88 participantes recrutadas, excluíram-se 22 pelos critérios seguintes: analfabetismo ($n = 1$), diagnóstico prévio de doença mental ($n = 3$), uma pontuação abaixo do percentil 10 nas Matrizes de Raven ($n = 7$) e desistência em algum dos instrumentos ($n = 11$).

Doze participantes, todas pertencentes ao Grupo Forense, reportaram um historial de consumo de substâncias, sendo que outras 17 do Grupo Forense e 5 do Grupo Comunitário realizavam medicação psicoativa¹. Estas duas condições foram analisadas de forma a perceber o seu efeito na tarefa de identificação das expressões emocionais. O historial de consumos não se relacionou com o desempenho na tarefa de identificação de emoções (todos $p > .169$), nem no que se refere ao tempo de resposta nessa tarefa (todos $p > .164$). Por seu turno, foram verificadas diferenças estatisticamente significativas, $t(2, 64) = -3.042$, $p = .003$, entre as participantes medicadas ($M = 5881$ ms) e não medicadas ($M = 3789$ ms) no que se refere ao tempo de resposta na expressão de Surpresa, sendo as primeiras mais lentas do que as segundas. Esta tendência também se verifica para o Medo, $t(2, 64) = -2.875$, $p = .005$, sendo que as participantes não medicadas ($M = 5603$ ms) foram mais rápidas na resposta do que as participantes medicadas ($M = 8206$ ms). Na

¹ Ansiolíticos ou Hipnóticos ($n = 10$); Antidepressivos ($n = 4$); Ansiolíticos ou Hipnóticos e Antidepressivos ($n = 6$); Antiepilético/Anticonvulsivo e Antidepressivo ($n = 1$); Estimulante ($n = 1$).

Tristeza também se encontraram diferenças estatisticamente significativas, $t(2, 64) = -2.250, p = .028$, sendo novamente as participantes não medicadas ($M = 4659$ ms) mais rápidas do que as participantes medicadas ($M = 6143$ ms), tal como na Alegria, $t(2, 64) = -3.170, p = .002$, com as participantes medicadas ($M = 4268$ ms) a serem mais lentas do que as participantes não medicadas ($M = 3204$ ms). Por fim, na condição de faces Neutras também se encontrou uma discrepância no tempo de resposta, $t(2, 64) = -2.443, p = .017$, novamente com as participantes não medicadas ($M = 4785$ ms) a mostrarem-se mais rápidas do que as participantes medicadas ($M = 7287$ ms). As diferenças entre os dois grupos não foram significativas nas categorias raiva e nojo (ambos $p > .113$). Não se verificam diferenças significativas entre as participantes medicadas e não medicadas no que se refere à quantidade de acertos (todos $p > .118$).

Instrumentos

Matrizes Progressivas de Raven Standard (Raven et al., 1998)

As *Matrizes Progressivas de Raven Standard* (Raven et al., 1998) foram utilizadas para medir a capacidade intelectual geral, tendo por base o *fator g*. A versão *standard* conta com 60 ensaios, divididos em 5 séries (A, B, C, D e E). A série A requer completar o que falta numa matriz, enquanto as restantes necessitam de um raciocínio mais abstrato, sendo que o objetivo é sempre perceber como completar uma parte omissa, no canto inferior direito, tendo por base 6 ou 8 respostas possíveis. A dificuldade vai aumentando gradualmente em cada série, iniciando-se sempre com os itens mais fáceis, sendo que cada problema se constrói sobre os problemas anteriores. O ponto de corte utilizado como critério de exclusão foi o percentil 10 do respetivo grau de escolaridade de cada participante, tendo por base as normas presentes no estudo na população portuguesa de Garcia (2016).

Escala de Autorrelato de Psicopatia de Levenson (Levenson et al., 1995; Versão Portuguesa de Barbosa et al., 2014)

Tendo como objetivo a avaliação da psicopatia, utilizou-se a *Escala de Autorrelato de Psicopatia de Levenson*, adaptada por Barbosa e colaboradores (2014) da

original, na língua inglesa, de Levenson e colaboradores (1995). Esta é uma escala constituída por 26 itens, cotados entre 1 (discordo fortemente) e 4 (concordo fortemente), sendo que as pontuações mais elevadas correspondem a maiores níveis de psicopatia. Mede o constructo tendo por base dois fatores: a psicopatia primária (incapacidade de sentir culpa e empatia, agressão premeditada) e a psicopatia secundária (afeto negativo extremo, impulsividade, agressão reativa). Estas duas subescalas podem ser diferenciadas tendo por base a ansiedade traço (Patrick, 2018).

Tarefa de Julgamento Moral (Green et al., 2001; Versão Portuguesa de Fernandes et al., 2018)

Utilizou-se um conjunto de dilemas morais, adaptado da versão original de Green e colaboradores (2001) por Fernandes e colaboradores (2018). Os dilemas contemplam histórias fictícias apresentadas em computador, sendo a resposta dada entre “sim” e “não”, através do teclado numérico, à pergunta “é moralmente aceitável para si...?”, seguindo-se a solução apresentada. Foram apresentados, através do software E-Prime 2.0, os 12 dilemas que geram alto conflito, de forma a evitar fadiga da participante face um protocolo demasiado extenso. A decisão por um dano que maximize as consequências positivas é considerada uma resposta utilitarista (no caso, são todas as respostas afirmativas), enquanto uma resposta deontológica é aquela que contempla o evitamento de qualquer dano, baseado na crença de que certos princípios morais devem sempre ser respeitados independentemente do custo (no caso, todas as respostas negativas) (Green et al., 2001).

Tarefa de Reconhecimento Emocional

No que se refere ao reconhecimento de expressões faciais de emoções, este foi avaliado através dos estímulos da *Radboud Faces Database* (RaFD), disponível gratuitamente por Langner e colaboradores (2010). Esta base de estímulos é composta por faces de indivíduos caucasianos, com controlo de fatores técnicos que podem afetar os resultados, como é o caso das condições de luz, fundo da imagem, entre outros. No presente estudo foram apenas utilizados os 42 estímulos que apresentaram maior percentagem de acertos. As faces foram apresentadas num computador, com recurso ao software E-Prime 2.0, de forma sequencial e aleatória, com tempo de resposta livre e sem

intervalo entre estímulos. Cada um dos 42 ensaios conta com a apresentação de uma face, a ser avaliada quanto à ativação e à valência da expressão emocional, bem como à própria categoria emocional, neste caso por esquema de resposta fechada envolvendo 8 alternativas: raiva, surpresa, medo, tristeza, alegria, nojo, neutra ou nenhuma das outras. A resposta relativa à ativação e valência foi dada numa escala de 1 a 7 pontos, tendo por base o *Self-Assessment Manikin* (SAM; Bradley & Lang, 1994), premindo a tecla correspondente à resposta pretendida no teclado numérico do computador. As medidas recolhidas desta tarefa foram os tempos de resposta, as pontuações referentes à ativação e valência, bem como as classificações das expressões emocionais.

Versão Curta da Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne (Ballard, 1992; Versão Portuguesa de Pechorro et al., 2012)

Este instrumento foi administrado na tentativa de colmatar a suscetibilidade ao viés de desejabilidade que, segundo vários autores, as medidas de autorrelato de psicopatia podem apresentar (Edens et al., 2000; Ray et al., 2012; Verschuere et al., 2014;). Assumindo que um maior nível de psicopatia pode associar-se a uma maior tendência para mentir e manipular, este efeito poderá traduzir-se numa tendência para a transmissão de uma imagem mais positiva de si (Hare, 2003). Adicionalmente, outras características como a insensibilidade, falta de empatia e grandiosidade, podem impedir uma autoavaliação fiável (Miller & Lynam, 2011). Contudo, outros estudos apontam para o contrário, nomeadamente para a falta de preocupação de indivíduos de elevada psicopatia em seguir normas e convenções sociais, pelo que não encontram motivação para fingir-se melhores do que na realidade são (Ray et al., 2012; Verschuere et al., 2014). No presente estudo, esta escala apenas foi aplicada no grupo comunitário, dado que se utilizaram dados de arquivo no que se refere ao grupo forense e o referido instrumento não foi aplicado nesse grupo.

Procedimentos de Recolha de Dados

Após parecer favorável da realização do presente estudo pela Comissão de Ética da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (Anexo 1), utilizou-se uma metodologia de recrutamento por bola de neve, sendo que os participantes iniciais foram recolhidos através de anúncios em redes sociais. O protocolo de avaliação

iniciou-se com uma entrevista semiestruturada, através da qual foram recolhidos dados demográficos relevantes, como é o caso da idade, escolaridade, historial de doença psiquiátrica, historial de consumos, medicação prescrita e possíveis problemas judiciais.

Considerando que o nível de capacidade intelectual pode influenciar as medidas de julgamento moral (Sanders et al., 1995), bem como as evidências de que as populações forenses apresentam níveis médios de capacidade intelectual mais baixos (Lykken, 1995), foi aplicado o teste das *Matrizes Progressivas de Raven Standard* (Raven et al., 1998) para despiste da capacidade intelectual.

Seguiu-se com a avaliação das variáveis-chave deste estudo: os níveis de psicopatia, o julgamento moral e o reconhecimento emocional. Metade das inquiridas respondeu primeiramente à tarefa de raciocínio moral (versão portuguesa por Fernandes et al., 2018), seguindo-se a tarefa de reconhecimento emocional. A outra metade realizou o protocolo na sequência inversa, de forma a contrabalancear a ordem em que foram aplicadas as tarefas, anulando uma possível influência de ordem nos resultados.

Por fim, foi aplicada a *Escala de Autorrelato de Psicopatia de Levenson* (versão portuguesa por Barbosa et al., 2014), bem como a *Versão Curta da Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne* (versão portuguesa por Pedro Pechorro et al., 2012).

Procedimentos de Análise de Dados

Uma vez verificados os necessários pressupostos, foram realizados testes t para amostras independentes para testar diferenças de médias entre amostras no que se refere à escolaridade, idade e capacidade intelectual geral. Prosseguiu-se com a análise da diferença de médias entre o Grupo Forense e o Grupo Comunitário, nomeadamente no que concerne à pontuação total de psicopatia, bem como à pontuação obtida nos seus dois fatores, recorrendo a testes t unicaudais. Seguiram-se análises do mesmo tipo para as variáveis relativas à tarefa de reconhecimento emocional e à tarefa de julgamento moral.

Também foram realizadas regressões lineares simples, em modelos separados, de forma a perceber quais variáveis prediziam significativamente as variáveis de interesse; nomeadamente, foram criados modelos estatísticos contendo as medidas de psicopatia enquanto preditoras do julgamento moral e do desempenho na tarefa emocional. Por fim, foi realizada uma análise de moderação, de forma a compreender o efeito do desempenho

na tarefa de reconhecimento emocional na relação entre a psicopatia e o julgamento moral.

Todas estas análises foram realizadas através do software IBM SPSS Statistics, versão 29, bem como do Jamovi, versão 2.3.28.

Resultados

Teste das Hipóteses

Antes de avançar com o teste de hipóteses, foi analisada a desejabilidade social de forma a perceber se seria preditora dos resultados da tarefa de julgamento moral. Esta relação não se demonstrou significativa, $R^2 = .050$, $F(1, 29) = 1.512$, $p = .229$. Na mesma linha, verificou-se que os grupos estavam emparelhados no que se refere à idade, escolaridade e capacidade intelectual (todos $p > .268$), pelo que se prosseguiu com as análises estatísticas subsequentes, considerando que o efeito das variáveis acima estava controlado.

A primeira e segunda hipótese referiam-se às diferenças entre o Grupo Forense e o Grupo Comunitário nos níveis de psicopatia e acertos na tarefa de identificação de emoções. Não foram encontradas diferenças entre grupos nem para a psicopatia total, $t(2, 64) = 0.900$, $p = .186$ ($M_{GF} = 46.11$, $DP = 8.08$; $M_{GC} = 44.45$, $DP = 6.76$), nem para a psicopatia primária, medida pelo Fator 1 da LSRPS, $t(2, 64) = 1.332$, $p = .094$ ($M_{GF} = 27.29$, $DP = 5.88$; $M_{GC} = 25.52$, $DP = 4.76$), nem para a psicopatia secundária, medida pelo Fator 2 da LSRPS, $t(2, 64) = -0.125$, $p = .549$ ($M_{GF} = 18.83$, $DP = 3.60$; $M_{GC} = 18.94$, $DP = 3.33$).

No que se refere ao desempenho (acertos) na tarefa de identificação de emoções, também não se encontraram diferenças entre grupos, $t(2, 64) = -1.05$, $p = .148$ ($M_{GF} = 31.46$, $DP = 6.35$; $M_{GC} = 33.07$, $DP = 5.98$).

A terceira hipótese contemplava a possibilidade de o Grupo Forense apresentar um raciocínio moral mais utilitário, esperando-se um raciocínio deontológico mais preponderante no Grupo Comunitário. Esta hipótese também não se verificou, não havendo diferenças estatisticamente significativas entre os grupos quanto à resposta na tarefa de julgamento moral, $t(2, 64) = -1.115$, $p = .866$ ($M_{GF} = 5.03$, $DP = 2.97$; $M_{GC} = 5.81$, $DP = 2.67$).

Considerando a quarta hipótese, em que se esperava que a psicopatia primária constituísse um preditor do raciocínio moral utilitário, verificou-se um resultado significativo, $R^2 = .111$, $F(1, 64) = 8.031$, $p = .006$, $\beta = .334$, $t(1, 65) = 2.834$, sendo que

quanto maior o nível de psicopatia primária, maior a percentagem de respostas positivas encontrada, ou seja, mais utilitário é o raciocínio moral. A regressão também se verificou significativa para a medida de psicopatia total, $R^2 = .075$, $F(1, 65) = 5.165$, $p = .026$, $\beta = .273$, $t(1, 65) = 2.273$, na mesma direção: quanto maior o nível de psicopatia total, maior é a probabilidade de demonstrar um raciocínio moral utilitário. No que se refere à psicopatia secundária, esta não se mostrou um preditor significativo da tarefa de julgamento moral, $R^2 = .000$, $F(1, 64) = 0.001$, $p = .976$.

No seguimento desta análise, adicionou-se o grupo como variável moderadora da relação entre psicopatia primária e o julgamento moral. O modelo não se revelou significativo, $Adj. R^2 = .142$, $p = .128$. Apesar disso, o gráfico da figura 1, em que se apresenta a relação entre a Psicopatia Primária e as respostas utilitárias na tarefa de julgamento moral em função do grupo, sugere que o Grupo Forense demonstra uma relação positiva mais forte entre a psicopatia primária e o julgamento moral utilitário.

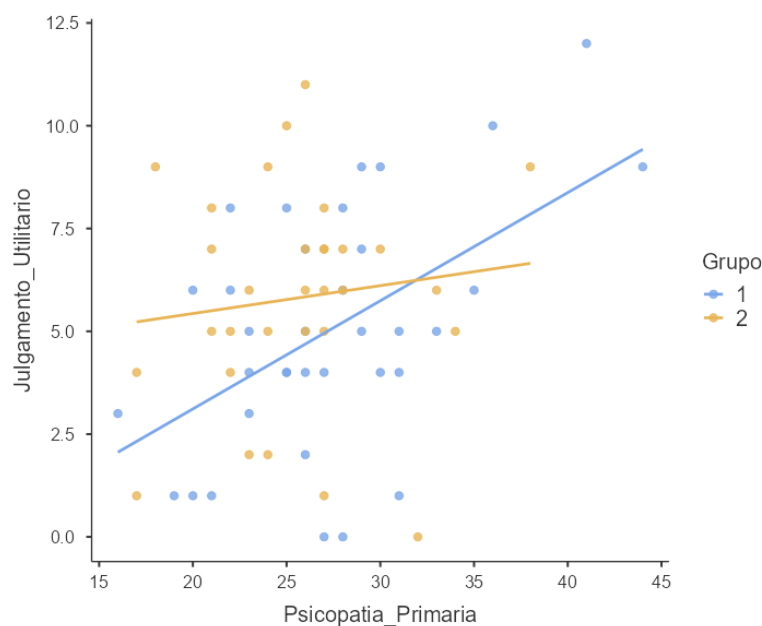


Fig.1 – Relação entre psicopatia primária (no eixo X), e julgamento utilitário (eixo Y) em função do grupo (1 = forense; 2 = comunitário).

A psicopatia também foi analisada enquanto possível preditora do desempenho na tarefa de reconhecimento emocional. A regressão não se demonstrou significativa para a Psicopatia Total, $R^2 = .049$, $F(1, 64) = 3.32$, $p = .073$, nem para a Psicopatia Secundária, $R^2 = .000$, $F(1, 64) = 0.001$, $p = .976$. Contudo, a Psicopatia Primária prediz

significativamente o desempenho na tarefa de reconhecimento emocional, $R^2 = .093$, $F(1, 64) = 6.52$, $p = .013$, $\beta = -.304$, $t(1, 64) = -2.55$, com um maior nível de psicopatia primária a predizer um menor número de acertos na tarefa de reconhecimento emocional.

Tendo em conta que a pontuação de psicopatia primária se constitui como preditora significativa dos acertos na tarefa de reconhecimento de emoções, foram realizados sete modelos de regressão separados, um para cada emoção estudada. O único modelo significativo encontrado diz respeito à categoria emocional neutra, $R^2 = .150$, $F(1, 64) = 11.278$, $p = .001$, $\beta = -.387$, $t(1, 64) = -3.358$, com uma maior pontuação de psicopatia primária a predizer um pior desempenho no reconhecimento destas faces. Nenhum dos outros modelos se revelou significativo (todos $p > .174$).

A quinta hipótese previa um efeito de moderação da identificação emocional na relação entre a psicopatia primária e o julgamento moral. Esta análise revelou-se significativa, $b = -0.020$, $Z = -2.109$, $p = .035$, verificando-se uma relação positiva entre psicopatia e julgamento moral utilitário nos participantes com desempenhos baixos, $b = 0.268$, $Z = 3.725$, $p < .001$, ou médios, $b = 0.147$, $Z = 2.296$, $p = .022$, na identificação de emoções. Constata-se, assim, que aqueles que têm mais dificuldades na identificação das expressões emocionais, revelam um julgamento moral mais utilitário (Fig. 2).

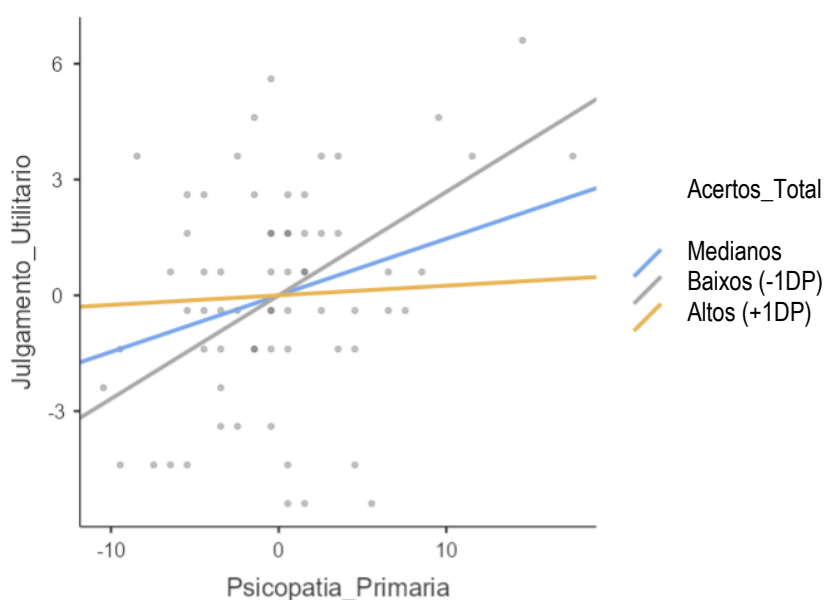


Fig. 2 – Moderação dos acertos na tarefa de reconhecimento emocional na relação entre Psicopatia Primária (Eixo X) e Julgamento Moral Utilitário (Eixo Y).

Análises Complementares

Foi comparada a ativação média reportada por cada grupo em cada uma das emoções. Apenas se encontraram diferenças significativas na emoção de Surpresa, $t(2, 64) = 2.035$, $p = .024$, com o Grupo Forense a reportar uma menor ativação ($M = 3.72$, $DP = 1.36$), comparativamente ao Grupo Comunitário ($M = 4.48$, $DP = 1.30$). As restantes análises não se mostraram significativas (todos $p > .055$). Tendo por base o estudo de validação da base de dados dos estímulos emocionais, o Grupo Forense não difere significativamente da média de ativação reportada para a Surpresa ($M = 3.9$, $DP = 0.3$), $p = .438$, enquanto que a média do Grupo Comunitário é significativamente superior à do estudo de validação, $t(1, 30) = 2.472$, $p = .019$.

A Valência foi alvo da mesma análise, sendo que não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas em nenhuma das categorias emocionais (todos $p > .094$).

Discussão e Conclusões

O presente estudo teve como objetivo aumentar a compreensão da psicopatia nas mulheres em amostras portuguesas, focando a relação de traços de personalidade com a capacidade de reconhecimento de emoções, bem como com o estilo de resposta em dilemas morais. Para tal, recrutaram-se 31 mulheres, sem antecedentes criminais, de forma a comparar o seu desempenho, em tarefas de reconhecimento emocional e julgamento moral, face aos resultados de um grupo forense, provenientes de dados de arquivo. O protocolo contava com uma escala de psicopatia, para além de duas tarefas experimentais: uma consistiu na apresentação de imagens de faces com expressões emocionais; outra consistia na apresentação de dilemas de alto conflito onde se solicita o parecer sobre a moralidade de determinada solução.

Em primeiro lugar, é de notar que o nível de psicopatia das amostras deste estudo foi relativamente reduzido, tanto no Grupo Forense, como no Grupo Comunitário. Este resultado não é inesperado, dado as mulheres exibirem geralmente menores pontuações nas atuais escalas de psicopatia (Patrick, 2018; Preston et al., 2018; Sanz-García et al., 2021). Mesmo assim, esperava-se que o Grupo Forense apresentasse valores significativamente superiores nas medidas de psicopatia, dado que a prevalência da psicopatia é cerca de 15.5% em amostras de mulheres condenadas (O'Connor, 2001, citado em Patrick, 2018), um valor significativamente superior comparativamente ao de amostras recrutadas na comunidade. Segundo Seara-Cardoso e colaboradores (2019), a prevalência da psicopatia em amostras comunitárias portuguesas chegará apenas a 4.3%. Também é de notar, como explicitado no estudo de Sanz-García e colaboradores (2021), que os resultados encontrados variam de estudo para estudo, tendo por base o sexo da amostra, os instrumentos utilizados na avaliação da psicopatia e o tipo de amostra comunitária utilizada. Por fim, o facto de a discrepância esperada nas pontuações de psicopatia entre os dois grupos não se verificar pode sugerir, tal como verificado por Gonçalves (1999), que a população encarcerada em Portugal, será de uma antissocialidade menos grave do que noutros países; aliás, a sociedade portuguesa não exhibe sinais de grande violência e a população encarcerada pode refletir esta menor taxa de traços antissociais (Gonçalves, 1999).

Ademais, não se constataram diferenças nas respostas apresentadas aos dilemas morais, não se verificando a preponderância de um raciocínio utilitário no Grupo Forense aliado a uma prevalência do raciocínio deontológico no Grupo Comunitário. Este achado está na linha de Tassy e colaboradores (2013), que denotam uma ausência de diferenças dentro de grupos comunitários que, independentemente do nível de psicopatia, decidem de forma utilitária.

No seguimento deste tópico, também não foram verificadas diferenças no desempenho na tarefa de reconhecimento emocional entre as duas amostras, o que não vai de encontro aos resultados encontrados na literatura (e.g., Eisenbarth et al., 2008; Fairchild et al., 2010). Tendo em conta que os grupos são equivalentes no que se refere à psicopatia, os fatores responsáveis pelo défice no reconhecimento de emoções poderão estar ausentes no Grupo Forense ou, pelo menos, igualmente distribuídos entre os dois grupos. Na mesma linha, o Grupo Forense não apresenta um julgamento mais utilitário do que o Grupo Comunitário, apesar de a ligação entre psicopatia primária e julgamento utilitário parecer mais forte no Grupo Forense. Aliás, a psicopatia primária (bem como a total) revelou-se preditora de um julgamento moral mais utilitário; ou seja, as participantes com maiores níveis de psicopatia primária, escolheram mais vezes a opção de causar dano de forma a atingir o bem-maior, independentemente do grupo de pertença, revelando uma preferência utilitária. Este resultado vai de encontro ao reportado na literatura (e.g. Tassy et al., 2013). Nesse sentido, também se verificou que um maior nível de psicopatia primária era preditor de um pior desempenho na identificação de expressões emocionais, resultado também amplamente descrito na literatura (e.g. Igoumenou et al., 2017). No entanto, a psicopatia primária apenas prediz significativamente um pobre desempenho no que diz respeito à identificação de faces neutras. Tal como Hastings e colaboradores (2008) referem, um maior nível de psicopatia relaciona-se com maior dificuldade no reconhecimento de emoções menos intensas, tendo Eisenbarth e colaboradores (2008) também reconhecido uma tendência dos participantes com maiores níveis de psicopatia para confundir diversas emoções, incluindo a neutra, com a alegria.

À semelhança dos estudos de Takamatsu e Takai (2019) e Li e colaboradores (2020), foi encontrado um efeito da capacidade de identificação de emoções na relação entre psicopatia e julgamento moral, sendo que as participantes que exibiam desempenhos baixos a moderados na tarefa de reconhecimento emocional, apresentaram relações positivas significativas entre níveis de psicopatia e um julgamento mais utilitário, o que

não ocorre nas participantes com melhor desempenho na identificação emocional. Este resultado aponta para uma influência da capacidade de reconhecer emoções na forma como os dilemas morais são encarados, colocando a hipótese de que os défices no reconhecimento emocional, possivelmente associado aos traços psicopáticos, podem levar a uma decisão mais utilitarista, que, apesar de ter como objetivo o bem-maior, envolve dano a um terceiro.

Eisenbarth e colaboradores (2008), relatam menores níveis de ativação reportados pelas participantes com maiores níveis de psicopatia face a estímulos emocionais. Efetivamente, verificou-se uma diferença significativa entre os dois grupos – Forense e Comunitário - no que se refere à pontuação de ativação atribuída à Surpresa, mas os grupos não diferiram significativamente no que se refere à psicopatia, não devendo esta ser a fonte da referida discrepância. Para além disso, verifica-se que o Grupo Forense não difere significativamente das normas do estudo de validação da base de dados de estímulos emocionais, enquanto o Grupo Comunitário revela maiores níveis de ativação. Mais estudos serão necessários para clarificar estes resultados.

Apesar de não ser o foco deste estudo, os efeitos da idade, escolaridade e capacidade intelectual encontram-se descritos na literatura como exercendo efeitos importantes na capacidade de reconhecer emoções em expressões faciais. Segundo Ruffman e colaboradores (2008), adultos mais velhos têm mais dificuldade em identificar corretamente expressões emocionais, comparativamente com adultos mais novos. Também Schlegel e colaboradores (2021) verificaram numa meta-análise um efeito significativo e positivo da capacidade intelectual na precisão de identificação de emoções. Por fim, uma maior escolaridade mostrou-se preditora de mais acertos no reconhecimento de emoções (Trauffer et al., 2013). Embora não estando reportadas, foram realizadas várias correlações de Pearson para perceber a relação da escolaridade, idade e da capacidade intelectual com as variáveis de interesse neste estudo, nomeadamente o desempenho na tarefa de reconhecimento emocional, bem como com as respostas à tarefa de julgamento moral. Tal como reportado na literatura, a escolaridade encontrou-se significativamente correlacionada com o desempenho na tarefa de reconhecimento emocional ($r = .365, p = .003$), assim como a idade ($r = -.395, p = .001$) e a capacidade intelectual ($r = .392, p = .001$). Recorda-se, contudo, que os grupos estavam emparelhados quanto a estas variáveis e nenhuma delas se correlacionou significativamente com a tarefa de julgamento moral (todos $p > .151$).

Por fim, importa referir que o presente estudo apresenta diversas limitações, começando pelo facto de a amostra ter uma dimensão relativamente pequena, embora comparável a outros estudos do mesmo género.

Outra limitação será o facto de o protocolo apenas incluir uma medida de desejabilidade social na avaliação do Grupo Comunitário, não tendo sido utilizada no Grupo Forense, o que impossibilita a comparação dos dois. Apenas se concluiu que a Desejabilidade Social não será um fator a ter em atenção na amostra comunitária no que se refere às tendências de resposta aos julgamentos morais.

No presente estudo, a psicopatia foi avaliada através de uma escala de autorrelato. Vários são os autores que encaram estas medidas com ceticismo (e.g., Book et al., 2006), dado haver uma tendência nos indivíduos com maiores níveis de psicopatia para mentir (Hare, 1991), bem como uma falta de reconhecimento da sua condição (Cleckley, 1944), apesar de haver estudos que comprovem que o viés social nas respostas não torna as medidas de autorrelato inválidas (e.g. Ray et al., 2012). Também urge a criação de um instrumento que esteja adaptado às características comportamentais, cognitivas e emocionais das mulheres com maiores níveis de psicopatia, dado que todas as escalas atuais foram construídas com base em traços psicopáticos tradicionalmente masculinos (Patrick, 2018).

Os estímulos emocionais e o esquema de resposta aos mesmos também podem ter condicionado os resultados. De notar que 109 das respostas erradas correspondem à categoria “Nenhuma das Outras”, a que as participantes podiam recorrer se não reconhecessem nenhuma das emoções estudadas expressas na face. A *Radboud Data Base* tem a vantagem de ter vários fatores de imagem controlados (Langner et al., 2010), mas seria interessante comparar a facilidade de acerto nestes estímulos com a de outros, por exemplo dinâmicos (clips de vídeos).

Apesar de vários estudos contarem com dilemas morais para aceder ao raciocínio moral de amostras forenses e comunitárias, cruzando estas informações com as pontuações de psicopatia, esta pode não ser uma tarefa com a necessária fiabilidade para retirar conclusões robustas. Por exemplo, o estudo de Hashimoto e colaboradores (2022) revela que a adoção de uma perspetiva deontológica não se deve ao seguimento de deveres morais superiores, mas sim a uma falta de vontade para assumir a responsabilidade de uma escolha utilitária, sendo que os participantes mudavam a sua resposta utilitária para uma resposta deontológica após a reação negativa perante o

primeiro julgamento. Por outras palavras, Hashimoto e colaboradores descobriram que os julgamentos morais são inconstantes e dependem de múltiplas variáveis. Por outro lado, Hauser e colaboradores (2021) refletem sobre a possibilidade de um julgamento moral deontológico, com consequências nocivas para grande número de pessoas, resultar, na verdade, de maior frieza emocional do que o julgamento utilitário, indicando a ausência de aversão ao dano. Ou seja, ao contrário do que se intui, uma menor empatia poderia estar ligada à escolha deontológica, onde o participante permite um dano a mais pessoas.

Em suma, apesar das limitações supramencionadas, o presente estudo poderá contribuir para uma maior compreensão da psicopatia feminina em contexto forense e comunitário, em especial no contexto português. Em primeiro lugar, os resultados sugerem uma falta de diferenças de níveis de psicopatia entre as mulheres reclusas e a amostra comunitária investigada, ao contrário do que é encontrado em diversos estudos, que apontam para uma prevalência superior de traços de psicopatia em amostras forenses (e.g., Patrick, 2018). Apesar da ausência desta diferença, verificou-se que mulheres com maiores níveis de psicopatia, independentemente da amostra, revelam maior dificuldade em tarefas de reconhecimento emocional e exibem julgamentos morais mais utilitários.

Referências

- Ballard, R. (1992). Short forms of the Marlowe-crowne social desirability scale. *Psychological Reports*, 71(8), 1155. <https://doi.org/10.2466/pr0.71.8.1155-1160>
- Barbosa, F., Gonçalves, S., Almeida, P. R., Ferreira-Santos, F., & Marques-Teixeira, J. (2014). The Levenson Self-Report Psychopathy Scale (LSRPS): translation and adaptation to European Portuguese LABREPORT. In *Citation*. <http://www.fpce.up.pt/labpsi/http://www.fpce.up.pt/2014LSRPS:EuropeanPortugueseversion>
- Blair, R. (1995). A cognitive developmental approach to morality: investigating the psychopath. *Cognition*, 57(1), 1-29. [https://doi.org/10.1016/0010-0277\(95\)00676-p](https://doi.org/10.1016/0010-0277(95)00676-p)
- Blair R. J. (2003). Neurobiological basis of psychopathy. *The British journal of psychiatry: the journal of mental science*, 182, 5–7. <https://doi.org/10.1192/bjp.182.1.5>
- Blair, R. J. R. (2008). Review. The amygdala and ventromedial prefrontal cortex: Functional contributions and dysfunction in psychopathy. In *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences* (Vol. 363, Issue 1503, pp. 2557–2565). Royal Society. <https://doi.org/10.1098/rstb.2008.0027>
- Blair R. J. (2008). Fine cuts of empathy and the amygdala: dissociable deficits in psychopathy and autism. *Quarterly journal of experimental psychology* (2006), 61(1), 157–170. <https://doi.org/10.1080/17470210701508855>
- Book, A. S., Holden, R. R., Starzyk, K. B., Wasylkiw, L., & Edwards, M. J. (2006). Psychopathic traits and experimentally induced deception in self-report assessment. *Personality and Individual Differences*, 41(4), 601–608. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2006.02.011>
- Bostyn, D., Sevenhant, S., & Roets, A. (2018). Beyond physical harm: how preference for consequentialism and primary psychopathy relate to decisions on a monetary trolley dilemma. *Thinking & Reasoning*, 25(2), 192-206. <https://doi.org/10.1080/13546783.2018.1497536>

- Bradley, M. M., & Lang, P. J. (1994). Measuring emotion: The self-assessment manikin and the semantic differential. *Journal of Behavior Therapy and Experimental Psychiatry*, 25(1), 49–59. [https://doi.org/10.1016/0005-7916\(94\)90063-9](https://doi.org/10.1016/0005-7916(94)90063-9)
- Cleckley, H. (1941). *The mask of sanity* (5th ed.). St Louis: Mosby.
- Deeley, Q., Daly, E., Surguladze, S., Tunstall, N., Mezey, G., Beer, D., Ambikapathy, A., Robertson, D., Giampietro, V., Brammer, M. J., Clarke, A., Dowsett, J., Fahy, T., Phillips, M. L., & Murphy, D. G. (2006). Facial emotion processing in criminal psychopathy. *British Journal of Psychiatry*, 189(6), 533–539. <https://doi.org/10.1192/bjp.bp.106.021410>
- Doris, J., Stich, S., Philips, J., & Walmsley, L. (2006). *Moral Psychology: Empirical Approaches* (Stanford Encyclopedia of Philosophy/Winter 2018 Edition). Stanford.library.sydney.edu.au. Retrieved 22 June 2022, from <https://stanford.library.sydney.edu.au/archives/win2018/entries/moral-psych-emp/#Psyc>.
- Edens, J. F., Hart, S. D., Johnson, D. W., Johnson, J. K., & Olver, M. E. (2000). Use of the Personality Assessment Inventory to assess psychopathy in offender populations. *Psychological Assessment*, 12(2), 132–139. <https://doi.org/10.1037/1040-3590.12.2.132>
- Eisenbarth, H., Alpers, G. W., Segrè, D., Calogero, A., & Angrilli, A. (2008). Categorization and evaluation of emotional faces in psychopathic women. *Psychiatry Research*, 159(1–2), 189–195. doi: 10.1016/j.psychres.2007.09.001
- Fairchild, G., Stobbe, Y., van Goozen, S. H. M., Calder, A. J., & Goodyer, I. M. (2010). Facial expression recognition, fear conditioning, and startle modulation in female subjects with conduct disorder. *Biological Psychiatry*, 68(3), 272–279. <https://doi.org/10.1016/j.biopsych.2010.02.019>
- Fernandes, C., Gonçalves, A. R., Pasion, R., Ferreira-Santos, F., Paiva, T. O., E Castro, Marques-Teixeira, J. (2018). European portuguese adaptation and validation of dilemmas used to assess moral decision-making. *Trends in Psychiatry and Psychotherapy*, 40(1), 38–46. doi: 10.1590/2237-6089-2017-0022

- Fowles, D. C. (1993). Electrodermal activity and antisocial behavior: Empirical findings and theoretical issues. *Progress in Electrodermal Research*, 223–237. https://doi.org/10.1007/978-1-4615-2864-7_15
- Gao, Y., & Tang, S. (2013). Psychopathic personality and utilitarian moral judgment in college students. *Journal Of Criminal Justice*, 41(5), 342–349. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2013.06.012>
- Garcia, I. (2016). Estudo Preliminar das Propriedades Psicométricas e dos Dados Normativos da Forma Geral das Matrizes Progressivas de Raven numa amostra da comunidade. 10.13140/RG.2.2.13062.98881.
- Gay, J., Vitacco, M., Hackney, A., Beussink, C., & Lilienfeld, S. (2018). Relations among psychopathy, moral competence, and moral intuitions in student and community samples. *Legal And Criminological Psychology*, 23(2), 117–134. <https://doi.org/10.1111/lcrp.12128>
- Glenn, A. L., Iyer, R., Graham, J., Koleva, S., & Haidt, J. (2009). Are all types of morality compromised in psychopathy?. *Journal of personality disorders*, 23(4), 384–398. <https://doi.org/10.1521/pedi.2009.23.4.384>
- Gonçalves, R. A. (1999). Psychopathy and offender types. *International Journal of Law and Psychiatry*, 22(3–4), 337–346. [https://doi.org/10.1016/s0160-2527\(99\)00013-8](https://doi.org/10.1016/s0160-2527(99)00013-8)
- Gray, J. A. (1987). *The psychology of fear and stress*. Cambridge University Press.
- Greene, J. D., Sommerville, R. B., Nystrom, L. E., Darley, J. M., & Cohen, J. D. (2001). An fmri investigation of emotional engagement in moral judgment. *Science*, 293(5537), 2105–2108. <https://doi.org/10.1126/science.1062872>
- Greene, J.D., Morelli, S.A., Lowenberg, K., Nystrom, L.E., & Cohen, J.D. (2008). Cognitive load selectively interferes with utilitarian moral judgment. *Cognition*, 107, 1144–54.
- Greene, J. D. (2014). The cognitive neuroscience of moral judgment and decision making. In M. S. Gazzaniga & G. R. Mangun (Eds.), *The cognitive neurosciences* (pp. 1013–1023). MIT Press.

- Habel, U., Kühn, E., Salloum, J. B., Devos, H., & Schneider, F. (2002). Emotional processing in psychopathic personality. *Aggressive Behavior*, 28(5), 394–400. <https://doi.org/10.1002/ab.80015>
- Harpur, T. J., Hakstian, A. R., & Hare, R. D. (1988). Factor structure of the Psychopathy Checklist. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 56(5), 741–747. <https://doi.org/10.1037/0022-006x.56.5.741>
- Hare, R. D. (1980). A research scale for the assessment of psychopathy in criminal populations. *Personality and Individual Differences*, 1(2), 111–119. [https://doi.org/10.1016/0191-8869\(80\)90028-8](https://doi.org/10.1016/0191-8869(80)90028-8)
- Hare, R. D. (1991). *Manual for the revised psychopathy-checklist*. Toronto: Multi-Health Systems.
- Hare, Robert D. (2003). *The Hare Psychopathy Checklist Revised* (2nd ed.). Multi-Health Systems.
- Hashimoto, H., Maeda, K., & Matsumura, K. (2022a). Fickle judgments in moral dilemmas: Time pressure and utilitarian judgments in an interdependent culture. *Frontiers in Psychology*, 13. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2022.795732>
- Hastings, M. E., Tangney, J. P., & Stuewig, J. (2008). Psychopathy and Identification of Facial Expressions of Emotion. *Personality and individual differences*, 44(7), 1474–1483. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2008.01.004>
- Hauser, N., Neumann, C., Marshall, J., & Mokros, A. (2021). Rational, emotional, or both? Subcomponents of psychopathy predict opposing moral decisions. *Behavioral Sciences & The Law*, 39(5), 541-566. <https://doi.org/10.1002/bsl.2547>
- Igoumenou, A., Harmer, C. J., Yang, M., Coid, J. W., & Rogers, R. D. (2017). Faces and Facets: Variability of Emotion Recognition in Psychopathy Reflect its Affective and Antisocial Features. *Journal of Abnormal Psychology*, 126(8), 1066-1076. <https://doi.org/10.1037/abn0000293>
- Kahane, G., Everett, J., Earp, B., Farias, M., Savulescu, J. (2015) ‘Utilitarian’ judgments in sacrificial moral dilemmas do not reflect impartial concern for the greater good, *Cognition* (134) 193-209, ISSN 0010-0277, <https://doi.org/10.1016/j.cognition.2014.10.005>

- Karpman, B. (1941). On the need of separating psychopathy into two distinct clinical types: the symptomatic and the idiopathic. *Journal of Criminal Psychopathology*, 3, 112–137.
- Koenigs, M., Kruepke, M., Zeier, J., & Newman, J. P. (2012). Utilitarian moral judgment in psychopathy, 2, 708–714. 10.1093/scan/nsr048.
- Körner, A., Deutsch, R., & Gawronski, B. (2020). Using the CNI Model to Investigate Individual Differences in Moral Dilemma Judgments. *Personality & social psychology bulletin*, 46(9), 1392–1407. <https://doi.org/10.1177/0146167220907203>
- Langner, O., Dotsch, R., Bijlstra, G., Wigboldus, D. H. J., Hawk, S. T., & van Knippenberg, A. (2010). Presentation and validation of the Radboud Faces Database. *Cognition and Emotion*, 24(8), 1377–1388. <https://doi.org/10.1080/02699930903485076>
- Levenson, M. R., Kiehl, K. A., & Fitzpatrick, C. M. (1995). Assessing psychopathic attributes in a noninstitutionalized population. *Journal of Personality and Social Psychology*, 68(1), 151–158. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.68.1.151>
- Li, S., Ding, D., Lai, J., Zhang, X., Wu, Z., & Liu, C. (2020). <p>The Characteristics of Moral Judgment of Psychopaths: The Mediating Effect of the Deontological Tendency</p>. *Psychology Research And Behavior Management*, Volume 13, 257-266. <https://doi.org/10.2147/prbm.s226722>
- Luke, D. M., Neumann, C. S., & Gawronski, B. (2021). Psychopathy and Moral-Dilemma Judgment: An Analysis Using the Four-Factor Model of Psychopathy and the CNI Model of Moral Decision-Making. *Clinical Psychological Science*. <https://doi.org/10.1177/21677026211043862>
- Lykken, D. T. (1995). *The antisocial personalities*. Lawrence Erlbaum Associates, Inc.
- Marsh, A., & Cardinale, E. (2014). When psychopathy impairs moral judgments: neural responses during judgments about causing fear. *Social Cognitive And Affective Neuroscience*, 9(1), 3-11. <https://doi.org/10.1093/scan/nss097>.
- Marshall, J., Watts, A., Frankel, E., & Lilienfeld, S. (2017). An examination of psychopathy's relationship with two indices of moral judgment. *Personality And Individual Differences*, 113, 240-245. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2017.03.034>

- Marshall, J., Watts, A. L., & Lilienfeld, S. O. (2018). Do psychopathic individuals possess a misaligned moral compass? A meta-analytic examination of psychopathy's relations with moral judgment. *Personality Disorders: Theory, Research, and Treatment*, 9(1), 40–50. <https://doi.org/10.1037/per0000226>
- McAuliffe, W. H. B. (2019). Do emotions play an essential role in moral judgments? *Thinking & Reasoning*, 25(2), 207–230. <https://doi.org/10.1080/13546783.2018.1499552>
- Miller, J. D., & Lynam, D. R. (2012). An examination of the Psychopathic Personality Inventory's nomological network: A meta-analytic review. *Personality Disorders: Theory, Research, and Treatment*, 3(3), 305–326. <https://doi.org/10.1037/a0024567>
- Patrick, C. J. (1994). Emotion and psychopathy: Startling new insights. *Psychophysiology*, 31, 319–330.
- Patrick, C. J., Fowles, D. C., & Krueger, R. F. (2009). Triarchic conceptualization of psychopathy: Developmental origins of disinhibition, boldness, and meanness. In *Development and Psychopathology* (Vol. 21, Issue 3, pp. 913–938). <https://doi.org/10.1017/S0954579409000492>
- Patrick, C. J. (2018). *Handbook of Psychopathy*. 2nd Ed. New York: The Guildford Press.
- Pechorro, P., Vieira, R. X., Poiares, C., & Marôco, J. (2012). *Contributos para a Validação duma Versão Curta da Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne com Adolescentes Portugueses*. Arquivos de Medicina.
- Pinto, T., & Barbosa, F. (2023). Psychopathy, emotional recognition, and moral judgment in female inmates. *Anuario de Psicología Jurídica*, 000–000. <https://doi.org/10.5093/apj2023a8>
- Pletti, C., Lotto, L., Buodo, G., & Sarlo, M. (2016). It's immoral, but I'd do it! Psychopathy traits affect decision-making in sacrificial dilemmas and in everyday moral situations. *British Journal Of Psychology*, 108(2), 351–368. <https://doi.org/10.1111/bjop.12205>
- Porter, S. (1996). Without conscience or without active conscience? the etiology of Psychopathy revisited. *Aggression and Violent Behavior*, 1(2), 179–189. [https://doi.org/10.1016/1359-1789\(95\)00010-0](https://doi.org/10.1016/1359-1789(95)00010-0)

- Preston, O. C., Watts, A. L., Anestis, J. C., & Lilienfeld, S. O. (2018). Psychopathic traits' differential relations with aggression forms: Considering the roles of gender and gender role adherence. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 37(8), 628–658. <https://doi.org/10.1521/jscp.2018.37.8.628>
- Raven, J., Raven, J. C., & Court, J. H. (1998). *Manual for Raven's Progressive Matrices and Vocabulary Scales. Section 3, The Standard Progressive Matrices*. Oxford, England: Oxford Psychologists Press/San Antonio, TX: The Psychological Corporation.
- Ray, J. V., Hall, J., Rivera-Hudson, N., Poythress, N. G., Lilienfeld, S. O., & Morano, M. (2013). The relation between self-reported psychopathic traits and distorted response styles: A meta-analytic review. *Personality Disorders: Theory, Research, and Treatment*, 4(1), 1–14. <https://doi.org/10.1037/a0026482>
- Ruffman, T., Henry, J. D., Livingstone, V., & Phillips, L. H. (2008). A meta-analytic review of Emotion Recognition and aging: Implications for neuropsychological models of aging. *Neuroscience & Biobehavioral Reviews*, 32(4), 863–881. <https://doi.org/10.1016/j.neubiorev.2008.01.001>
- Sanders, C. E., Lubinski, D., & Benbow, C. P. (1995). Does the defining issues test measure psychological phenomena distinct from verbal ability? an examination of Lykken's query. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69(3), 498–504. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.69.3.498>
- Sanz-García, A., Gesteira, C., Sanz, J., & García-Vera, M. P. (2021). Prevalence of psychopathy in the general adult population: A systematic review and meta-analysis. *Frontiers in Psychology*, 12. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.661044>
- Seara-Cardoso, A., Queirós, A., Fernandes, E., Coutinho, J., & Neumann, C. (2019). Psychometric Properties and construct validity of the short version of the self-report psychopathy scale in a Southern European sample. *Journal of Personality Assessment*, 102(4), 457–468. <https://doi.org/10.1080/00223891.2019.1617297>
- Schlegel, K., Palese, T., Mast, M. S., Rammsayer, T. H., Hall, J. A., & Murphy, N. A. (2020). A meta-analysis of the relationship between emotion recognition ability and intelligence. *Cognition and Emotion*, 34(2), 329–351. <https://doi.org/10.1080/02699931.2019.1632801>

- Seara-Cardoso, A., Queirós, A., Fernandes, E., Coutinho, J., & Neumann, C. (2019). Psychometric Properties and construct validity of the short version of the self-report psychopathy scale in a Southern European sample. *Journal of Personality Assessment*, 102(4), 457–468. <https://doi.org/10.1080/00223891.2019.1617297>
- Sellbom, M. (2011). Elaborating on the construct validity of the Levenson Self-Report Psychopathy Scale in incarcerated and non-incarcerated samples. *Law and Human Behavior*, 35(6), 440–451. <https://doi.org/10.1007/s10979-010-9249-x>
- Sethi, A., McCrory, E., Puetz, V., Hoffmann, F., Knodt, A. R., Radtke, S. R., Brigidi, B. D., Hariri, A. R., & Viding, E. (2018). Primary and Secondary Variants of Psychopathy in a Volunteer Sample Are Associated With Different Neurocognitive Mechanisms. *Biological psychiatry. Cognitive neuroscience and neuroimaging*, 3(12), 1013–1021. <https://doi.org/10.1016/j.bpsc.2018.04.002>
- Takamatsu, R., & Takai, J. (2019). With or without empathy: Primary psychopathy and difficulty in identifying feelings predict utilitarian judgment in sacrificial dilemmas. *Ethics & Behavior*, 29(1), 71–85. <https://doi.org/10.1080/10508422.2017.1367684>
- Tassy, S., Deruelle, C., Mancini, J., Leistedt, S., & Wicker, B. (2013). High levels of psychopathic traits alters moral choice but not moral judgment. *Frontiers in human neuroscience*, 7, 229. <https://doi.org/10.3389/fnhum.2013.00229>.
- Trauffer, Nicole & Widen, Sherri & Russell, James. (2013). Education and the Attribution of Emotion to Facial Expressions. *Psychological Topics*. 22. 942-957.
- Verschuere, B., Uzieblo, K., De Schryver, M., Douma, H., Onraedt, T., & Crombez, G. (2014). The inverse relation between psychopathy and faking good: Not response bias, but true variance in psychopathic personality. *The Journal of Forensic Psychiatry & Psychology*, 25(6), 705–713. <https://doi.org/10.1080/14789949.2014.952767>

Anexo I



COMISSÃO DE ÉTICA

PARECER (Ref.º 2022/10-02)

A Comissão de Ética (CE) da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, tendo examinado os documentos do projeto de investigação denominado «Psicopatia, Julgamento Moral e Reconhecimento Emocional em Amostras Femininas Forense e Comunitária», apresentado pela estudante Catarina Simas e com orientação do Prof. Doutor Fernando Barbosa, emite um parecer favorável à realização da pesquisa.

A CE sugere, no entanto que, no *Consentimento Informado*, seja suprimida a referência a 'de mulheres reclusas' na 3ª linha do 1º parágrafo.

Parecer favorável

A CE é favorável à realização do projeto.

FPCEUP, 16 de novembro de 2022

A Presidente da CE,

Profª. Doutora Carlinda Leite